

Da universidade ao mercado de trabalho: (re)conhecimento, crise e angústias.

Gabriela Bernardes Silva¹
André Amorim Martins²

RESUMO: É grande a importância do trabalho na nossa atual sociedade capitalista; e ele assume um lugar de destaque entre os papéis sociais que irão representar o Eu. Cada vez mais os indivíduos são levados a preparar-se para investir em suas carreiras e obter sucesso e reconhecimento profissional. Assim, vivendo no universo da mercadoria, o trabalhador também se torna mercadoria. Tal importância dada ao trabalho e ao sucesso profissional provoca uma grande angústia naqueles que estão, após anos de preparação no ensino formal, às vésperas de se formar e buscar inserção no mercado de trabalho. Este artigo pretende assimilar a contínua evolução do processo de trabalho e sua relação com o trabalhador, bem como analisar como as ideologias de valorização do trabalho influenciam a vida dos sujeitos e sua identidade, sobretudo no momento crucial da saída da universidade. Como metodologia foi utilizada a pesquisa qualitativa de caráter exploratório, com base em revisão bibliográfica.

Palavras-chave: universidade, inserção profissional, identidade, angústia.

From the university to the labor market: (re)cognition, crisis and anguish.

ABSTRACT: It's great the importance of work in our current capitalist society, and the work takes a prominent place in the social roles that will represent the Self. Increasingly, individuals are taken to prepare to invest in their careers and achieve success and professional recognition. So living in the world of commodity, the worker also becomes a commodity. This emphasis on work and professional success causes great anguish in those who are, after years of preparation in formal education, on the verge of graduating and seeking to enter the job Market. This article aims to assimilate the continuous progress of work and its relationship with the worker, as well as analyzing the ideologies of the valuation of work influence the subjects' lives and their identity, especially at the crucial moment of graduation. The methodology used is the exploratory qualitative research, based on literature review.

Keywords: university, vocational integration, identity, anguish.

¹ Graduanda do 10º período do curso de Psicologia da Fundação Educacional de Divinópolis – FUNEDI
gabibernardesilva@yahoo.com.br

² Professor Orientador do Trabalho de Conclusão de Curso.

Introdução

O termo “trabalho”, compreendido na sua historicidade material e dialética, sempre foi objeto de muito interesse, visto pelo ângulo de seu lugar social, pela razão de seu prestígio, bem como pela forma de lidar com ditas identidades.

Por vezes deparava-me com a ideia de o trabalho caracterizar o homem em sua identidade. Questionava sobre a definição do homem como que, para Ser, necessita produzir tanto para sobreviver material, quanto simbolicamente.

No momento em que o sujeito está inserido em determinados grupos, que podem ser vistos como um lugar de encontro de várias singularidades que, permeadas umas pelas outras, estabelecem as mais diversas formas de relações, ele passa a definir-se através dele. Seguindo esta linha de raciocínio, poderíamos realmente falar de subjetividade? Uma vez que para se colocarem em certos grupos, por vezes, indivíduos devem abrir mão de certas características, crenças, formas de pensar e até mesmo de sua identidade.

A evolução do trabalho e a visão do homem sobre este é de suma importância para pensarmos as relações estabelecidas.

Durante a graduação, via nos professores uma fonte de instigação acerca da construção da identidade, da subjetividade, em especial dois professores: a primeira, com quem tivemos contato a partir do terceiro período da nossa formação, a professora Eloísa Borges que chamou à baila temas e autores grandiosos, fundamentais para minha construção, tanto pessoal, quanto no lugar de uma recém-profissional; temas como subjetividade, identidade, gênero, papéis sociais, estigmas, narcisismo, a fragilidade e frieza dos relacionamentos humanos, enfim, um alargamento das fronteiras dentro das quais as relações passam a acontecer e que, por sua vez, marcam a sociedade que, assim, reproduz sua cultura no indivíduo, influenciando-o na construção de sua identidade. São temas primordiais para o estudo do trabalho enquanto forma de relação.

Outro professor que muito contribuiu e que infelizmente tivemos a honra de nos encontrar apenas no penúltimo período do curso em uma matéria optativa, mas que hoje se faz presente como orientador do meu trabalho de conclusão de curso, foi o professor André Amorim que desde o primeiro momento de contado trouxe questionamentos condizentes ao trabalho, a teoria marxista do trabalho, da linguagem e do território; o trabalho através de relação de troca, que diz de uma organização da sociedade, o Capital que toma lugar de valores humanos, a inserção do sujeito no mundo e do mundo no sujeito, o trabalho intelectual x o trabalho braçal, trabalho afetivo, que vai acrescentar um produto, ou serviço,

que antes não era visto, os sentimentos começam a ser colocados no mercado e não mais só o material, o sujeito passa a ser visto e ter seu lugar estabelecido. Enfim, os dois professores, para minha formação mantiveram um diálogo constante, mesmo que esse diálogo acontecesse de forma não concreta, acontecia no desenrolar de minha formação.

Pretende-se, neste artigo, compreender a contínua evolução do processo de trabalho e sua relação com o trabalhador, bem como analisar como as ideologias de valorização do trabalho, por exemplo, na perspectiva de Hanna Arendt e Karl Marx, influenciam a vida dos sujeitos e sua identidade, sobretudo no momento crucial da saída da universidade, gerando perspectivas, angústias e incertezas sobre a inserção no mercado de trabalho.

Metodologia

Como metodologia foi utilizada a pesquisa qualitativa (que torna possível considerar a relação entre mundo real e o sujeito) de caráter exploratório, ou seja, visa proporcionar determinada familiaridade com o problema com vistas a construir hipóteses ou torna-lo explícito; com base em revisão bibliográfica que permite uma interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados, o que vem contribuir para a obtenção de informações, publicações, aspectos já abordada sobre a situação atual do tema, bem como verificar as opiniões diversas a respeito deste.

Trabalho: um breve olhar sobre a história.

No decorrer da história, o trabalho passou por transformações diversas na sua concepção e na sua organização. Enfatizaremos a concepção de trabalho da sociedade industrializada, estruturada a partir de meados do século XVIII, com a Revolução Industrial Inglesa. Esta, um fato histórico de extrema importância para a consolidação do capitalismo e a organização do sistema fabril possibilitado pelos avanços tecnológicos.

Neste contexto, na primeira fase da Revolução Industrial, os trabalhadores abandonam a vida rural e migram para as cidades; ao contrário do que ocorria com os camponeses e artesãos, não podiam dosar o ritmo de suas atividades. Eram submetidos a longas jornadas de trabalho, disciplina severa, condições insalubres. A exploração atingia adultos e menores. "Assim, modificaram-se radicalmente as condições de vida do trabalhador, mas a miséria, o serviço estafante e prolongado, as péssimas condições de moradia e de alimentação prosseguiram, afligindo a classe trabalhadora", afirma G. Berlinguer (1988).

De fato, sobre este período, pode-se ler em Carmo citando Paul Mantoux

(...)Abandonados ao arbítrio dos patrões, que os matinha fechados em seus edifícios isolados, longe de qualquer testemunha que pudesse comover com seu sofrimento, padeciam de uma escravidão desumana. O único limite para seu dia de trabalho era o esgotamento completo de suas forças (...). (PAUL MANTOUX, São Paulo: Unesp/Hucitec, s. d. *apud* CARMO, 1992, pág 32)

Para conseguir controlar a mão-de-obra, a classe dirigente passa a condenar a intolerância e a construir uma nova moral fundada na supervalorização do trabalho. Paulo Sérgio do Carmo (1992, p. 30), citando Foucault, ressalta que “já no século XVIII, ocorre a perda da dimensão mística da miséria e toma lugar a ideia de desordem e de indisciplina: recusar-se a trabalhar tornou-se então, um desafio a Deus, que não criou o ser para a revoltante inatividade do ócio.”

A consagração da sociedade capitalista fez com que os discursos religiosos ou moralizantes fossem substituídos por teorias de pensadores burgueses, especialmente o liberalismo que na visão de Harold J. Laski (1973), centrou suas preocupações em defender o direito de propriedade, tornando-se uma ideologia disciplinar dos trabalhadores.

Um dos seus maiores ícones, Adam Smith defende o princípio de que o trabalho é a maior fonte geradora de riqueza. Hegel, no século XIX, valoriza o trabalho como forma de reflexão filosófica e tematiza a luta entre senhor e escravos que influenciaria Karl Marx.

A sociedade burguesa, portanto, louva o trabalho e condena o repouso e o ócio. O trabalho assume o lugar de destaque, obtém o triunfo. É ele que, a partir daí, irá comandar as pulsações sociais, econômicas e políticas da época e ainda, podemos perceber, que assumirá a função de dar forma às relações culturais.

Karl Marx vem dizer sobre o trabalho e o tempo livre

De fato, o reino da liberdade começa onde o trabalho deixa de ser determinado por necessidade e por utilidade exteriormente imposta; por natureza, situa-se além da esfera da produção material propriamente dita. O selvagem tem de lutar com a natureza para satisfazer as necessidades, para manter e reproduzir a vida, e o mesmo tem de fazer o civilizado, sejam quais forem a forma de sociedade e o modo de produção. Acresce, desenvolvendo-se, o reino do imprescindível. É que aumentam as necessidades, mas, ao mesmo tempo, ampliam-se as forças produtivas para satisfazê-las. A liberdade neste domínio só pode consistir nisto: o homem social, os produtores associados regulam racionalmente o intercâmbio material com a natureza, controlam-no coletivamente, sem deixar que ele seja a força cega que os domina, efetuam-no com o menor dispêndio de energias e nas condições mais adequadas e mais condignas com a natureza humana. Mas esse esforço situar-se-á sempre no reino das necessidades. Além dele começa o desenvolvimento das forças humanas como um fio em si mesmo, o reino genuíno da liberdade, o qual só pode florescer tendo por base o reino da necessidade. E a condição fundamental desse desenvolvimento humano é a redução da jornada de trabalho. (MARX, 1968, p. 942)

É grande a importância do trabalho na sociedade capitalista do século XXI. Os indivíduos, ao longo de sua vida, são levados a preparar-se, cada vez mais, para investir em suas carreiras e obter sucesso e reconhecimento profissional. Um grande número de pessoas, à margem do conhecimento tecnológico e formal, busca inserção no mercado de trabalho. O fato é que, como afirma Paulo Sérgio do Carmo (1992)

para muitos, o trabalho é a chave para superar os infortúnios e o parâmetro para medir a acumulação de capital, evidenciando a habilidade de “vencer na vida”. Os donos de grandes fortunas passam a ideia de que toda riqueza é montada à custa de grande disposição para o trabalho. (...) É sintomático o fato de uma sociedade atribuir valores aos indivíduos taxando-os de “ganhadores” ou de “perdedores”. (...) A supervalorização do trabalho se dissemina por todos os estratos sociais: a redução da jornada de trabalho é condenada sob a alegação de que o país precisa crescer; os políticos sempre elegem o tema “trabalho”, para suas plataformas de campanha; os meios de comunicação bombardeiam a cabeça da população, levando-a a crer que a delinquência é oriunda da falta de vontade de trabalhar (...). Pela veneração ao trabalho, os currículos escolares são alvo de alterações, não com a finalidade de formar cidadãos ou dotá-los de um pensamento crítico, mas de formar pessoas aptas para o trabalho. (CARMO, 1992, p.12)

A análise do impacto do trabalho na vida dos indivíduos e na sociedade é antiga. No seu livro “A condição humana”, Hanna Arendt (2007) trata das formas de vida que o homem impõe a si mesmo para buscar a sobrevivência e sistematiza tais formas em três aspectos: o labor, o trabalho e a ação. Segundo ela

o labor assegura não apenas a sobrevivência do indivíduo, mas a vida da espécie. O trabalho e seu produto, o artefato humano, emprestam certa permanência e durabilidade à futilidade da vida mortal e ao caráter efêmero do tempo humano. A ação (...) cria condição para a lembrança, ou seja, para a história. (ARENDR, 2007, p. 16)

Neste sentido, o trabalho é algo que o homem impõe à sua espécie de forma cultural, visando transformar coisas naturais em artefatos úteis à sua vida. Neste sentido, a autora afirma que

o trabalho de nossas mãos, em contraposição ao labor do nosso corpo (...) fabrica a infinita variedade de coisas cuja soma total constitui o artifício humano. Em sua maioria, mas não exclusivamente, essas coisas e objetos destinados ao uso, dotados da durabilidade de que Locke necessitava para o estabelecimento da propriedade, do valor de que Adam Smith precisava para o mercado de trocas, e comprovam a produtividade que Marx acreditava ser o teste da natureza humana. (ARENDR, 2007, p. 149)

E é Marx (1968) que, no *Capital*, eleva o trabalho à categoria de elemento fundamental para o estabelecimento da sociabilidade humana, sendo as condições materiais de produção determinantes para a cultura e a história humanas. O trabalho, na concepção marxista, dá origem às relações de produção que por sua vez determinam os demais tipos de relações na sociedade. Marx compreende o trabalho, conseqüentemente, desvelando a relação homem - natureza

O trabalho é, em primeiro lugar, um processo de que participam igualmente o homem e a natureza, e no qual o homem espontaneamente inicia, regula e controla as relações materiais entre si próprio e a natureza. Ele se opõe à natureza como uma de suas próprias forças, pondo em movimento braços e pernas, as forças naturais de seu corpo, a fim de apropriar-se das produções da natureza de forma ajustada a suas próprias necessidades. Pois, atuando assim sobre o mundo exterior e modificando-o, ao mesmo tempo ele modifica a sua própria natureza. Ele desenvolve seus poderes inativos e compele-os a agir em obediência à sua própria autoridade. Não estamos lidando agora com aquelas formas primitivas de trabalho que nos recordam apenas o mero animal. Um intervalo de tempo imensurável separa o estado de coisas em que o homem leva a força de seu trabalho humano ainda se encontrava em sua etapa instintiva inicial. Pressupomos o trabalho em uma forma que caracteriza como exclusivamente humano. Uma aranha leva a cabo operações que lembram as de um tecelão, e uma abelha deixa envergonhados muitos arquitetos na construção de suas colmeias. Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor das abelhas é que o arquiteto ergue a construção em sua mente antes de a erguer na realidade. Na extremidade de todo processo de trabalho, chegamos a um resultado já existente antes na imaginação do trabalhador ao começá-lo. Ele não apenas efetua uma mudança de forma no material com que trabalha, mas também concretiza uma finalidade dele próprio que fixa a lei de seu *modus operandi*, e à qual tem de subordinar sua própria vontade. E essa subordinação não é um ato simplesmente momentâneo. Além do esforço de seus órgãos corporais, o processo exige que durante toda a operação, a vontade do trabalhador permaneça em consonância com sua finalidade. Isso significa cuidadosa atenção. Quanto menos ele se sentir atraído pela natureza de seu trabalho e pela maneira por que é executado, e por conseguinte, quanto menos gostar disso como algo em que emprega suas capacidades físicas e mentais, tanto maior atenção é obrigado a prestar. (MARX, 1968, p. 197-198)

Embora divergentes, a opinião dos dois clássicos, Marx e Arendt, corroboram a importância do trabalho na sociedade. Vários são os estudos sobre as conseqüências do trabalho na vida e na saúde dos trabalhadores.

Carmo afirma ser

o trabalho é um ato de liberdade, mas que torna-se alienado quando é parcelarizado, rotinizado e leva o homem a sentir-se alheio, distante ou estranho àquilo que produz. As imposições de um poder burocrático que decide pelo trabalhador fazem do trabalho o dominador da natureza e da natureza humana. (Carmo, 1992, p. 16)

Assim, vivendo no universo da mercadoria, o trabalhador também se torna mercadoria, distanciando-se dos homens e de si mesmo.

Tal importância dada ao trabalho e ao sucesso profissional provoca uma grande angústia naqueles que estão, após anos de preparação no ensino formal, às vésperas de se formar e buscar a inserção no mercado de trabalho. A conquista do emprego e do reconhecimento influencia na vida do indivíduo, na sua relação com os outros, na sua localização no mundo.

É certo que, a sociedade contemporânea vivencia uma série de transformações na organização do trabalho, mas é certo também que a competitividade no mercado faz com que uma grande parcela da população não consiga ingressar no emprego formal e/ou numa atividade rentável necessários à sobrevivência bem como ao reconhecimento social.

Rocha vem nos apontar que a

primeira inserção dos jovens no mundo do trabalho é crivada de paradoxos, como, por exemplo, o requisito de experiência anterior para quase todos os postos de trabalho. Alguns jovens, chamados pela sobrevivência a resolver esse enigma, enxergavam na "competência" uma fresta de luz atravessando as portas fechadas do mercado de trabalho, depositando suas esperanças em relação ao emprego no desenvolvimento de certas qualidades pessoais e técnicas. O que parece ser a resposta para os jovens deriva, porém, de uma ideologia neoliberal que prima pela meritocracia e pelo individualismo. A luz no fim do túnel é, na verdade, um trem que vem para atropelar os jovens. Na constatação de Antunes (1995), a partir de seus estudos sobre a diminuição dos postos de trabalho e aumento do trabalho precário, qualificação e competência não são garantia de emprego.

O discurso da competência permeia as questões ligadas ao trabalho jovem, pois a tendência é focalizar a esfera da Educação Profissional, que cada vez mais é influenciada por essas noções. Para Sarriera, Berlim, Verdim e Câmara (2000), não existem instrumentos institucionais que facilitem a transição escola - trabalho e a primeira inserção. O ingresso do indivíduo nesse mundo, que para o jovem é novo, fica por sua conta e passa a ser tratado ideologicamente no âmbito da competência. O jovem assume esse discurso, da ideologia neoliberal da meritocracia e do individualismo, reforçando a ideia de que existem indivíduos mais capazes que os demais e que, em função disso, conseguiriam se colocar no mercado, denunciando a incompetência de todos os outros que, supostamente, não desenvolveram competências necessárias. Como consequência, verifica-se uma identidade fragilizada através da baixa autoestima e descrença em si mesmo. (ROCHA, 2010, s. p.)

O trabalho como forma de ser (re)conhecido pela sociedade

A importância e a exaltação conferidas ao trabalho na nossa sociedade concedem ao papel de trabalhador lugar de destaque entre os papéis sociais que irão representar o eu.

Arendt (2007), em dado momento de sua obra, vem ressaltar que, o indivíduo, ao tentar dizer “quem é”, é induzido pela própria linguagem a dizer “o que é”, ou seja, o papel

que ele desempenha dentro do mundo do trabalho, reservando um lugar privilegiado ao papel de trabalhador. A esse papel social agregam-se outras qualificações exigidas pelo exercício laboral, que se substantivam e se presentificam, constituindo-se em atributos do eu (eficaz, forte, calmo, honesto, etc.).

Podemos perceber que a sociedade vem vivenciando diversas transformações, “tanto nas formas de materialidade, quanto na esfera da subjetividade, dadas as complexas relações entre essas formas de *ser* e *existir* da sociabilidade humana” (ANTUNES, 2006, p. 15).

O processo de produção da identidade tem como um dos elementos formadores, de nossa subjetividade, a ideia da transmissão de modos de um indivíduo para o outro. Através do contato com o outro eu me confirmo ou me redefino.

Compreender identidade (...) implica, necessariamente, articular dimensões aparentemente contraditórias pois avessas ao pensamento lógico formal com o qual estamos habituados: individual/social, estabilidade/transformação, igualdade/diferença, unicidade/totalidade. Implica compreendê-la como constituída a partir da inserção do indivíduo no mundo social e através da sua atividade que se substantiva e se presentifica como atributo do eu: eu sou trabalhador – substantivo – porque exerço a atividade de trabalhar – verbo.

Essa presentificação (eu sou) expressa um momento originário quando nos ‘tornamos algo’ e se representa como um ‘dado’ que oculta o ‘dar-se’ constante que expressa a processualidade da identidade e o movimento do social. O eu, pronome próprio que a identidade evoca, enquanto pronome é um substituto de substantivos ou nomes. O nome próprio é uma representação da identidade precocemente adquirida a partir da forma como os outros nos chamam, e, portanto, pelo seu caráter restritivo não dá conta da identidade. (JACQUES, 1998, p.165)

A incorporação de modos de ser ocorre atualmente de forma rápida pelo contato entre grupos, indivíduos e bens de consumo. Em decorrência das alterações extremas pelas quais o processo de produção de modos de existência tem passado, em um intervalo curto de tempo na história, novas redes de relações têm se constituído como importantes pontos de apoio na construção da subjetividade. Se até bem pouco tempo atrás tais processos se davam principalmente por transmissão através de parentesco, filiação e demais forças verticais, atualmente outras forças, como as instituições de ensino, contaminam os modos de ser de forma horizontal, propondo situações para a formação da subjetividade (Delleuze e Parnet, 1980). O Esquema Conceitual Referencial Teórico, a cultura do narcisismo, o trabalho, a violência urbana e as formas de relacionamento humano também têm influenciado na construção desta identidade.

Tradicionalmente, a noção de identidade traz a ideia de algo idêntico a si mesmo, presente, por exemplo, nas equações matemáticas e na lógica formal. Esta noção tem seu correspondente na Psicologia, quando ela considera a repetição quer dos comportamentos,

quer dos aspectos emocionais como traço de identidade, associando-o a uma suposta natureza que remeteria à imutabilidade no modo de ser dos sujeitos. Porém, a pergunta sobre quem se é, só pode ser compreendida diante da multiplicidade do mundo (Schmidt, 1997).

Desta forma, a questão sobre a identidade no campo da Psicologia se dá tanto pelo rompimento com a unicidade encontrada na natureza, como na constatação de sua mutabilidade. Assim, para pensarmos sobre o processo e produção de identidade, temos de pensar, ao mesmo tempo, naquilo que se repete (por compulsão) e na imprevisibilidade. Assim, infere-se que a identidade possui tanto elementos que já vem com uma determinada sociedade ao longo do tempo, quanto aqueles mutáveis, elementos visíveis e invisíveis, sociais, individuais, que podem ou não se manifestar (Crochik, 1997).

Para esta construção de identidade, individual ou coletiva, o trabalho se firma como um dos principais elementos, suas influências exercidas e sofridas se dão das mais diversas maneiras, tornando uma das principais formas de ser (re)conhecido pela sociedade.

Segundo Lash (1983), foi-se o tempo em que se preocupava com o final dos tempos, o holocausto e como tal desastre pode ser afastado. Ao invés, as pessoas ocupam-se com as estratégias de sobrevivência, medidas destinadas a prolongar suas vidas, ou programas garantidos que assegurem boa saúde, paz de espírito, mas, acima de tudo, buscam incessantemente uma forma de serem reconhecidas, admiradas, indicadas.

Viver para o momento é a paixão dominante – viver para si, não para os que virão a seguir, ou para a posteridade. Estamos rapidamente perdendo o sentido de continuidade histórica, o senso de pertencermos a uma sucessão de gerações que se originaram no passado e que se prolongarão no futuro. É o enfraquecimento do sentido de tempo histórico – em particular, a erosão de qualquer preocupação maior com a posteridade. Lipovetsky (1989) afirma

(...) é em parte contra tais princípios futuristas que as nossas sociedades se estabelecem, nessa medida pós-modernas, ávidas de identidade, de diferença, de conservação, de descontração, de realização pessoal imediata; a confiança e a fé no futuro dissolvem-se, nos amanhãs radiosos da revolução e do progresso já ninguém acredita, doravante o que se quer é viver já, aqui e agora (...) (LIPOVETSKY, 1989, p. 11).

Hoje em dia, as pessoas desejam não a salvação pessoal, para não dizer a restauração de uma era áurea primitiva, mas o sentimento, a ilusão momentânea de bem-estar pessoal, de tornar-se visto. Tocqueville citado por Lash escreveu

A trama do tempo é, a cada instante, partida e são apagados os traços das gerações. Os que se foram, logo são esquecidos; dos que virão, ninguém faz qualquer ideia; o

interesse do homem confina-se àqueles que estão em estreita proximidade consigo mesmo (TOCQUEVILLE *apud* LASH, 1983, p.29).

A atrofia das tradições mais antigas de autossuficiência minou a competência cotidiana, em uma área após a outra e tornou o indivíduo dependente das Instituições, do Estado, da corporação e de outras burocracias.

Podemos falar aqui de certo narcisismo que talvez possa representar a dimensão psicológica dessa dependência. O narcisista depende de outros para validar sua autoestima. Ele não consegue viver sem uma audiência que o admire. Sua aparente liberdade dos laços familiares e dos constrangimentos institucionais não o impedem de ficar só consigo mesmo, ou de se exaltar em sua individualidade. Para o narcisista, o mundo é um espelho, ao passo que o individualista áspero o via como um deserto vazio, a ser modelado segundo seus próprios desígnios (Lasch, 1983).

Perseguido pela ansiedade, pela depressão, por vagos descontentamentos e por uma sensação de vazio interior, indivíduos deste nosso século, não buscam nem o auto-crescimento individual, nem a transcendência espiritual, mas a paz de espírito, sob condições que cada vez mais, combatem contra ela (Lasch, 1983). Com isso o homem constrói sua identidade baseada no contexto do narcisismo; e o trabalho pode sim contribuir para este narcisismo individualizado.

O narcisismo parece realisticamente representar a melhor maneira de lutar em igualdade de condições com as tensões e ansiedades da vida moderna, e as condições sociais predominantes tendem, em consequência, a fazer aflorar os traços narcisistas presentes, em vários graus, em todos nós.

A ética da autopreservação e da sobrevivência psíquica está, então, radicada não meramente nas condições objetivas da guerra econômica, nas elevadas taxas de crimes e no caos social, mas na experiência subjetiva do vazio e do isolamento. Ela reflete a convicção – tanto uma projeção de ansiedades interiores, como uma percepção de como são as coisas – de que a inveja e a exploração dominam até mesmo as relações mais íntimas. O culto das relações pessoais, que se torna cada vez mais intenso à medida que diminui a esperança de soluções políticas, esconde um profundo desencanto pelas relações pessoais. A ideologia de crescimento pessoal, superficialmente otimista, irradia um profundo desespero e resignação (Lasch, 1983).

Há uma subjetividade sendo forjada e engendrada na exterioridade, na superficialidade. Vivemos a tragédia do exhibir, do escancarar. Na vitrine do mercado de

trabalho, peças avulsas circulam disponíveis: excelência e pró-atividade. Por excelência podemos entender aquele funcionário capaz de realizar uma gama de tarefas no menor período de tempo, ou seja, funcionários de alta produtividade. Já por pró-atividade considera-se aquele funcionário que vai atrás do trabalho e da forma de realizá-lo, apresentando-se como empreendedor e não apenas reativo.

Valorizamos tudo – sucesso, carro e celular, menos o encontro conosco. O percurso desta sedução é instantâneo, termina antes de começar. A conquista da liberdade é luta travada com os fantasmas, os nós que nos atravessam e nos emperram.

A lógica social do trabalho dentro da universidade

A sociedade cobra cada vez mais que os indivíduos tenham uma ocupação exitosa, com determinado status; não é admissível, em um mundo capitalista, que alguém não ocupe seu tempo com alguma atividade que lhe traga um retorno financeiro, e quanto mais ocupar seu tempo, mais se encaixará nesta realidade.

A busca constante por qualificações se torna cenário principal desta sociedade; a busca constante pelo saber, pode ser entendida como o movimento feito pelo sujeito, objetivando o desenvolvimento de suas habilidades e a busca de conhecimento que irão colaborar para o alcance de uma colocação no mercado de trabalho.

No entanto, existe um papel da universidade que é constantemente deixado de lado, que é a formação de sujeitos não apenas para responder positivamente ao mercado de trabalho, mas formar cidadãos conscientes, que se posicionem frente à lógica deste mercado que se apresenta. O papel da universidade deve ser desmistificado como apenas para preparar mão-de-obra para o mercado de trabalho.

A universidade exerce função primordial na preparação para o mundo do trabalho, visto que durante a formação o sujeito é constantemente chamado a movimentar-se, a transformar-se, gerando ou acrescentando pontos à subjetividade; o graduando passa a produzir algo ali dentro, e posteriormente, com a experiência dos estágios tem a oportunidade de levar a teoria para campo, pois o saber é produzido no cotidiano do trabalho.

No entanto, também devemos ressaltar o fato de que nem sempre esta universidade tem o conhecimento das produções de seus graduandos, tanto relativas às suas experiências como ao futuro profissional (trabalho - estágios), quanto à suas “produções pessoais” (surtos, suicídios...).

Outro ponto a ser levado em consideração é esta subjetividade postulada pelas universidades. Por vezes escutamos que o ser humano não nasce sujeito, ele o torna na ordem da cultura, assim, pode-se dizer que suas relações, o meio em que está inserido, influencia diretamente em sua constituição como tal. Essa chamada para a subjetividade pela universidade, é a chamada para que este sujeito coloque um significado seu em sua formação, no entanto, esta mesma universidade “barra” certas formas de subjetivação, por exemplo, a escolha única de ênfase curriculares por turmas, bem como a eleição de matérias optativas, onde uma maioria sobressai, excluindo, de certa maneira, os anseios e desejos de uma minoria.

A empregabilidade no meio universitário diz deste desenvolvimento da capacidade crítica no processo de formação, que é permitido a partir da constituição da subjetividade.

A crise

A transição da universidade para o mercado de trabalho é uma das trajetórias centrais para os jovens no caminho da construção da vida adulta, como é também um momento crítico, visto que pode trazer consigo uma miscelânea de sentimentos, como o de impotência, insegurança, angústia, desorganização, responsabilidade, dentre outros, isso gerado pela perda da condição de aluno que trazia embutida em si um apoio e influência da escola e da família; agora o indivíduo, sem o status de trabalhador, terá de lidar com o fato de ter de construir sua própria identidade. Ele deve ser sujeito ativo de sua inserção no mercado de trabalho.

Neste processo de transição, a universidade é fundamental, uma vez que deveria assumir um papel de apoio ao estudante para facilitar sua inserção no mercado de trabalho, por exemplo, criando maneiras de informar sobre a dinâmica do mercado de trabalho que ajudariam na construção de projetos profissionais e também na desmistificação de situações e crenças que apoiem uma conduta passiva diante do mercado de trabalho.

Chegamos a um ponto crucial do nosso estudo, a partir da atual visão e lugar que o trabalho ocupa em nosso cotidiano e desta identidade que é construída socialmente, deste narcisismo que impera dentro das relações, estabelece-se uma crise. Segundo Barembliitt

As crises são etapas de mudanças para o bem ou para o mal, mas em geral aceleradas e radicais. Alguns atribuem as crises à exacerbação das contradições de um sistema ou ao acúmulo de mudanças quantitativas que desembocam em uma transformação qualitativa. Outros sustentam que são períodos ou espaços de transição entre tempos e lugares preciosos e conhecidos, enquanto há os que pensam que se trata dos prolegômenos do surgimento do absolutamente novo.

Para certos autores (por exemplo, Marx), o Capitalismo é um sistema histórico que existe em crise permanente, posto que incorporou essa condição a seu modo normal de transcurso. Para o Institucionalismo, tanto enquanto campo de análise como de intervenção, os estados de crise são considerados fecundos, na medida em que envolvem a falência do instituído – organizado e a emergência do instituinte – organizante no seio da ‘desordem criadora.’ (BAREMBLITT, 2002, p. 143)

O sujeito visto do ponto de vista social é definido como “sujeito plural, descentrado, duplamente dividido” (Barus-Michel, 2004). Vivendo em sociedade o sujeito, ao mesmo tempo em que se posiciona como tal, também volta-se para o que o grupo demanda, e de certa forma, exige de seus sujeitos. Vale ressaltar que o sujeito social não necessariamente abre mão de sua individualidade, de sua particularidade.

Barus-Michel coloca

O grupo aspira à unidade designada pelo ‘nós’. Ao mesmo tempo, cada indivíduo que participa do grupo permanece, enquanto tal, sujeito autônomo e organicamente definido. Pode continuar a dizer ‘eu’ em seu próprio nome e, por exemplo, ‘não estou de acordo’. Cada indivíduo é também membro do grupo, parte de um todo no qual, de um lado, conta com um excedente de identidade por assimilação positiva às outras partes e ao conjunto e, de outro lado, acha-se destituído de suas prerrogativas de sujeito para ser reduzido ao estado de elemento, utilizado numa unidade que o ultrapassa. (BARUS – MICHEL, 2004, p. 62)

Nas diversas relações engendradas pelo social, a crise do momento crucial da saída da universidade gera uma séria de angústias e expectativas sobre a inserção no mercado de trabalho. Parte significativa desta crise diz do modo como o coletivo, responsável por certas “normas”, dita suas leis que, por vezes, não vão de encontro com o que o sujeito, em toda dimensão de sua singularidade, almeja, espera, deseja. Assim, podemos observar determinada anulação de parte desse sujeito, é como se fosse colocado parte de sua subjetividade em suspensão ou a suprimisse.

Os atores sentem um crescente mal-estar ao viver o distanciamento entre seu funcionamento e suas finalidades, poder-se-ia dizer entre a prática e a teoria. (...) Os atores sociais querem, dizem eles, compreender situações de que se sentem joguetes em vez de autores responsáveis. Engajados numa prática, por motivos e segundo linhas de conduta que acreditavam claros, sofrem por vê-los distorcidos na dinâmica cotidiana, a ponto de não mais se reconhecerem aí. (BARUS-MICHEL, 2004, p. 74-75)

O que deveria ser compreendido como uma forma de realização, é pervertido e perde seu sentido

O processo de trabalho se converte em meio de subsistência. A força de trabalho torna-se, como tudo, uma mercadoria, cuja finalidade vem a ser a produção de mercadorias. O que deveria ser a forma humana de realização do indivíduo reduz-se

à única possibilidade de subsistência do despossuído. Essa é a radical constatação de Marx: a precariedade e perversidade do trabalho na sociedade capitalista. Desfigurado, o trabalho torna-se meio e não 'primeira necessidade' de realização humana. (ANTUNES, 1995, p. 126)

Dentro dessa anulação de parte do sujeito podemos constatar o fato do mercado de trabalho, muitas vezes, procurar não depender do saber prático dos trabalhadores, de querer contar apenas com a produção, um dos motivos da crise na inserção neste contexto, no entanto, vemos cada vez mais a necessidade de ele se render ao fato de lidar com pessoas, que vão além da capacidade de produzir, que são dotadas de aspectos psicológicos que influenciam diretamente no desempenho de suas funções.

Neste sentido, conforme afirmam Maria de Fátima Martins Catão e Homero Catão Marimbondo da Trindade citando a ótica de Franco, destacam-se as concepções contraditórias do trabalho – a inserção social e a realização profissional

- 1) Pelo trabalho o homem se faz homem, modifica a natureza, transforma suas condições de vida.
- 2) Pelo trabalho, também, o homem é alienado, subjugado, dominado. (Franco, 1991, pág. 53 *apud* CATÃO e TRINDADE, s.d., s.p.)

O estranhamento (alienação) que muitas vezes percebemos dentro do mundo do trabalho ainda é citado por Antunes

Ainda que fenomenicamente minimizada pela redução dos níveis hierárquicos no interior das empresas, a subjetividade que emerge na fábrica ou nas esferas produtivas contemporâneas é expressão de uma existência inautêntica e estranhada. Contando com maior participação nos projetos que nascem das discussões dos círculos de controle de qualidade, com maior envolvimento dos trabalhadores, a subjetividade que então se manifesta encontra-se estranhada em relação ao que se produz e para quem se produz. (ANTUNES, 2006, p. 130)

E ainda, este mesmo autor, citando Holloway (1997) nos diz sobre este estranhamento que ele se expressa com a condição

Se a humanidade é definida como atividade – pressuposto básico de Marx – então alienação significa que a humanidade existe sob a forma de inumanidade, que os sujeitos humanos existem como objetos. Alienação é a objetificação do sujeito. O sujeito (homem ou mulher) aliena sua subjetividade, e essa subjetividade é apropriada dos outros (...). Ao mesmo tempo, como o sujeito é transformado em objeto, o objeto que o sujeito produz, o capital, é transformado no sujeito da sociedade. A objetificação do sujeito implica também a subjetificação do objeto. (HOLLOWAY, 1997 *apud* ANTUNES, 2006, p. 132)

Tais visões posicionam o trabalho ora como uma via para atender às necessidades dos indivíduos, ora como uma via para o atendimento às necessidades do modelo capitalista de produção em conformidade com as imposições deste.

Discorrendo acerca das formas em que ocorrem a alienação, Antunes coloca

As retificações ‘alienadas’ ocorrem quando a subjetividade é transformada em objeto, em um sujeito-objeto, que funciona para a autoafirmação e a reprodução de uma força estranhada. O indivíduo (...) chega a autoalienar suas possibilidades mais próprias, vendendo, por exemplo, sua força de trabalho sob condições que lhe são impostas, ou, em outro plano, sacrifica-se ao ‘consumo de prestígio’, imposto pela lei de mercado. (ANTUNES, 2006, p. 160)

Tendo como base a dinâmica econômica, Marx vem tentar dar ao trabalhador certa autonomia, teórica e prática, que seja capaz de tirá-lo da condição de alienado. Partindo de sua premissa, podemos entender que somente o trabalho é capaz de gerar riqueza, e quem realmente está por dentro de sua produção, não tem acesso a ela. (CARMO, 1992).

Nessa atividade o homem se ‘naturaliza’ e a natureza se ‘humaniza’. Quem olha a vida econômica através da circulação exterior das riquezas tem a impressão de uma igualdade entre dar e receber; no entanto, quem penetra na intimidade da produção fabril verifica que é o homem que aliena sua força de trabalho para gerar riquezas privadas. Nesse tipo de atividade o homem se torna infeliz, não desenvolve sua potencialidade, sente-se como algo externo a si mesmo ‘e só se sente ele próprio quando fora do trabalho’; no trabalho, sente-se ‘fora de si mesmo’, diz Marx. (CARMO, 1992, pág.38)

O trabalho, a organização do sistema capitalista, as características individuais e as relações com os sistemas organizacionais determinam a inserção social e a realização profissional. Estas não são resultado apenas das identidades individuais. Todos os fatores enumerados são importantes para compreender a inserção social no mundo do trabalho.

Catão e Trindade, neste contexto de contradições e crise, citam Malvezzi

O trabalho e sua organização passam por inegável crise por força de contínuas mudanças em seus aspectos objetivos e subjetivos. As pessoas que trabalham estão sendo obrigadas a reformular sua forma de pensar e agir. Isso está sendo difícil para todos. O imaginário resiste a uma alteração tão profunda e na velocidade como as mudanças tecnológicas o pressionam. Esse descompasso entre o imaginário (conservador) e o mundo (progressista) tem sido um dos principais desafios para os estudiosos e profissionais de recursos humanos em sua missão de articular as pessoas e as empresas em transição. (MALVEZZI 1996, p. 09 *apud* CATÃO e TRINDADE, s.d., s.p.)

Por essa reformulação na maneira de pensar e agir diante do mercado de trabalho encontramos em Antunes

Os benefícios aparentemente obtidos pelos trabalhadores no processo de trabalho são largamente compensados pelo capital, uma vez que a necessidade de pensar, agir e propor dos trabalhadores deve levar sempre em conta prioritariamente os objetivos intrínsecos da empresa, que aparecem muitas vezes mascarados pela necessidade de atender aos desejos do mercado consumidor. (...) Mais complexificada, a aparência de maior liberdade no espaço produtivo tem como contrapartida o fato de que as personificações do trabalho devem se converter ainda mais em personificações do capital. Se assim não o fizerem, se não demonstrarem essas ‘aptidões’ (‘vontade’, ‘disposição’ e ‘desejo’) trabalhadores serão substituídos por outros que demonstrarem ‘perfil’ e ‘atributos’ para aceitar esses ‘novos desafios’. (...) evidencia-se a existência de uma materialidade adversa aos trabalhadores, um solo social que constrange ainda mais o afloramento de uma subjetividade autêntica. (ANTUNES, 2006, p. 130 – 131)

A importância da categoria trabalho está justamente no fato de ele representar a principal fonte de realização enquanto ser social. Essa crise diz muito dessa expectativa de responder a uma demanda que vem de fora, que vem do modo como a sociedade se organiza e do que espera de seus membros.

Isso porque, pelo trabalho, o ser social produz-se a si mesmo como gênero humano; pelo processo de autoatividade e autocontrole, o ser social salta da sua origem natural baseada nos instintos para uma produção e reprodução de si como gênero humano. (ANTUNES, 2006 p. 145)

O trabalho como uma via para atender às necessidades dos indivíduos, então, também pode ser pensado para além de necessidades materiais

O trabalho é, portanto, um momento efetivo de colocação de finalidades humanas, dotado de intrínseca dimensão teleológica. E, como tal, mostra-se como uma experiência elementar da vida cotidiana, nas respostas que oferece aos carecimentos e necessidades sociais. Reconhecer o papel fundante do trabalho na gênese e no fazer-se do ser social nos remete diretamente à dimensão decisiva dada pela esfera da vida cotidiana, como ponto de partida para a genericidade para-si dos homens. (ANTUNES, 2006, p. 168)

Assim, o ser social realizar-se-á perante a continua “produção e reprodução da sua existência, ato social que se efetiva pelo trabalho” (ANTUNES, 1995, p. 123). Pelas relações proporcionadas pelo trabalho que o homem se constituirá como ser social.

Considerações Finais

Afirmar sua identidade, inserir-se no mercado de trabalho e obter reconhecimento na sociedade são angústias comuns na contemporaneidade. Estas características podem ser

compreendidas como imprescindíveis para a conquista da realização e, logicamente, da felicidade.

O que caracteriza o ser humano, como traço geral de sua identidade, como um ser puramente social, é o trabalho como expressão maior da sua condição humana, como mediador da relação homem-natureza.

Cabe-nos inserir neste contexto e indagar como podemos garantir ou contribuir para um trabalho não-alienado? E ainda mais, como agir diante da vontade de transformação do trabalho alienado ao trabalho livre? Considerando certa incapacidade, caberia nos interrogar: a quem servimos? Somos alienados e estamos a serviço de uma sociedade atroz? O que é mesmo e através de que se constitui uma sociedade? Como proporcionar ao sujeito a possibilidade de desenvolver sua condição humana através do trabalho? E o que precisamos para que isso aconteça? Essas são questões para, quem sabe, próximos capítulos.

É neste cenário que pretendo inserir – me atuando enquanto psicóloga. Promovendo a inserção social através das contraditórias concepções do trabalho e de sua organização em nosso sistema social; bem como o inter-relacionamento entre os diversos fatores envolvidos no interior do mundo do trabalho.

Referências

ANTUNES, Ricardo. (1995). *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez.

ANTUNES, Ricardo. (2006) *Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo Editorial.

ARENDET, Hanna. (2007). *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

BAREMBLIT, G. (2002). *Compêndio de Análise Institucional e outras práticas: Teoria e prática*. Belo Horizonte: Instituto Félix Guattari.

BARUS-MICHEL, Jacqueline. (2004). *O sujeito social*. Belo Horizonte: Editora PUC Minas.

BERLINGUER, G. (1988). *A doença*. São Paulo (SP): Hucitec.

CATÃO, Maria de Fátima Fernandes Martins; TRINDADE, Homero Catão Maribondo da. *Trabalho, inserção social e realização profissional*. Acesso em 10/05/2011 http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGETP1998_ART351.pdf

CARMO, Paulo Sérgio do. (1992). *A ideologia do trabalho*. São Paulo: Moderna.

CROCHIK, J.L. (1997). *Preconceito, indivíduo e cultura*. São Paulo: Rode.

DELEUZE, G.; PARNET, C. (1980). *Diálogos*. (J. Vázquez, trad.) Valencia: Pré-textos.

ERLO, Álvaro Roberto Crespo; LAPIS, Naira Lima. *A saúde e os processos de trabalho no capitalismo: reflexões na interface da psicodinâmica do trabalho e da sociologia do trabalho*. Acesso em 08/03/2011. <http://www.scielo.br/scielo.php>.

GUARESCHI, P. (2001). Pressupostos psicossociais da exclusão: competitividade e culpabilização. In B. Sawaia (Org.), *As artimanhas da exclusão - análise psicossocial e ética da desigualdade social* (p. 141-156). Petrópolis, RJ: Vozes.

HOBSBAWM, E. (1998). *Sobre história*. São Paulo (SP): Companhia das Letras.

JACQUES, M. G. C. (1998). Identidade. In: M. N. Strey et al. *Psicologia social contemporânea* (p. 159-167), Petrópolis: Vozes.

LASCH, Christopher. (1983). *A cultura do narcisismo: a vida americana numa era de esperanças em declínio*. Rio de Janeiro: Imago.

LASKI, Harold J. (1973). *O liberalismo europeu*. São Paulo: Mestre Jou.

LIPOVETSKY, G. (1989). *A era do vazio*. Trad. Miguel Serras Preira e Ana Luisa Faria. Ed. Relógio d'água.

MARX, Karl. (1968). *O Capital: crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural.

ROCHA, Nara Maria Forte Diogo; GOIS, Cezar Wagner de Lima. *Trajetórias de jovens no mundo do trabalho a partir da primeira inserção: o caso de Sísifo em Maracanaú - Ceará, Brasil*. **Psicol. Soc.**, Florianópolis, v. 22, n. 3, Dec. 2010 . Acesso em 10/03/2011. <http://www.scielo.br/scielo.php>.

SCHIMIDT, M.L. (1997). *Identidade, pluralidade e diferença: notas sobre Psicologia social*. Boletim de Psicologia, XLVII, 106, 57-72.

TONI, Míriam de. *Visões sobre o trabalho em transformação*. Acesso em 13/03/2011. <http://www.scielo.br/scielo.php>.